



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidência
Ministro Nunes Marques
Vice-Presidência
Ministro André Mendonça

Encerramento da Votação

Data: 4 de outubro de 2026

Local: TSE – Brasília/DF

Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos ao Tribunal Superior Eleitoral!

Chegamos à definição daqueles que disputarão o segundo turno das eleições, bem como aos que foram eleitos em votação única.

Quero, antes de tudo, agradecer às eleitoras e aos eleitores brasileiros que compareceram às urnas e exerceram, mais uma vez, o direito fundamental de escolher seus representantes.

Cada voto depositado hoje representa uma manifestação legítima da vontade popular.

Ao longo deste dia, a Justiça Eleitoral esteve mobilizada em todo o país para assegurar que cada cidadã e cada cidadão pudesse votar com segurança, tranquilidade e liberdade.

Gostaria de destacar o papel do e-Título, que se consolidou como uma importante ferramenta de apoio ao eleitorado.

Até as 19 horas de hoje, foram registradas aproximadamente **8,6 milhões de emissões do e-Título**, além de **22,1 milhões de consultas aos locais de votação**.

O aplicativo também registrou cerca de **4,3 milhões de justificativas**.

Esses números demonstram a dimensão do serviço prestado pela Justiça Eleitoral e, sobretudo, a importância de oferecer ao eleitorado informações acessíveis, confiáveis e disponíveis.

Registro, também, neste momento de encerramento, um aspecto que considero especialmente importante para democracia brasileira e para aqueles que nos acompanharam como observadores.

Relatórios parciais do Parlasul, manifestações da OEA e Unioire apontam transparência e normalidade das eleições brasileiras.

Indicaram, ainda, que ao longo da missão de observação obtiveram acesso às informações necessárias e puderam conhecer o sistema eleitoral brasileiro, registrando que esse sistema conta com a confiança de instituições da sociedade civil, órgãos governamentais e partidos políticos com os quais seus integrantes mantiveram reuniões.

A Missão de Observação Eleitoral do NEPEDI/UERJ informou não ter identificado, até o momento da informação, incidentes graves ou ocorrências relacionadas às urnas eletrônicas, à identificação dos eleitores ou ao transporte que pudessem comprometer de maneira significativa o exercício do voto.

Também destacou que, no período observado, não foram constatados fatos que indicassem interferência estrangeira no processo eleitoral brasileiro.

Recebemos esses registros com satisfação e os entendemos também como uma demonstração da importância da observação eleitoral e do diálogo entre instituições democráticas.

No que se refere à segurança pública, os dados nacionais compilados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública registram, até o momento, 907 crimes eleitorais em todo o país, além da apreensão de R\$ 626.338,00.

As ocorrências mais frequentes foram o crime de boca de urna, prevista no art. 39, § 5º da Lei n. 9.504/1997, no total de 311 registros, correspondente a 32,2% e de propaganda eleitoral irregular, no total de 272 ocorrências, o que corresponde a 28,2%.

Para garantir a segurança e a tranquilidade do processo eleitoral, foram mobilizadas 321.040 pessoas das forças de segurança pública, sendo 305.043 integrantes das forças estaduais, 6.565 da Polícia Federal, 2.726 da Polícia Rodoviária Federal, 142 da Força Nacional e 6.564 profissionais em regime de sobreaviso.

Esses números demonstram a dimensão do esforço integrado das instituições de segurança para assegurar que eleitoras e eleitores possam exercer seu direito de voto com tranquilidade e segurança em todo o território nacional.

No que diz respeito às condições climáticas, o Tribunal Superior Eleitoral permaneceu atento às condições meteorológicas em todo o país, em articulação com os órgãos responsáveis, de modo a acompanhar eventuais impactos sobre a votação, a apuração e a logística eleitoral.

O Sistema de Alerta de Desinformação Eleitoral, o Siade, por sua vez, registrou, neste ciclo eleitoral, uma redução expressiva no número de denúncias relacionadas à integridade do processo eleitoral e à possível supressão do voto.

Em 2022, entre 1º de agosto e a véspera da votação, foram registradas 18.487 denúncias. No mesmo período de 2026, foram 2.604 denúncias. Isso representa uma redução de aproximadamente 86% no volume de registros.

É importante esclarecer que esses números dizem respeito exclusivamente a conteúdos relacionados à integridade do processo eleitoral ou que possam contribuir para a supressão do voto.

A redução é significativa e merece ser reconhecida. Mas ela não significa que devemos baixar a guarda.

A defesa da verdade, da informação de qualidade e da liberdade de escolha do eleitor exige vigilância permanente.

Encerrada a votação, iniciou-se uma nova etapa igualmente importante: a apuração e a totalização dos votos.

Esses dois procedimentos ocorreram como esperado e registramos, como vocês puderam acompanhar, em um determinado momento, um pequeno atraso na divulgação.

A dificuldade limitou-se à conversão dos dados recebidos pelo programa de divulgação.

No que é essencial, nosso sistema mais uma vez mostrou-se absolutamente confiável. E, como sempre, os resultados estão sendo divulgados de forma transparente, pública e segura.

Por fim, agradeço de maneira muito especial, aos mesários e mesárias, aos servidores e servidoras da Justiça Eleitoral, às forças de segurança, aos colaboradores, aos órgãos públicos e a todas as instituições que trabalharam para que este dia pudesse acontecer.

São milhares de brasileiras e brasileiros que dedicaram seu tempo, seu conhecimento e seu trabalho à realização desta eleição. A cada um deles, o nosso reconhecimento.

Estendo a minha gratidão também às eleitoras e aos eleitores pela confiança e pela participação.

Ressalto, todavia, que a eleição não termina quando a votação é encerrada. Ela se completa quando a vontade soberana do eleitorado é conhecida e respeitada.

Vamos agora trabalhar para termos um segundo turno com a mesma tranquilidade e normalidade que tivemos neste primeiro turno.

Muito obrigado e vamos às perguntas.